

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE REFORMA CURRICULAR DO DIA 27/03/2014.

A partir das 14:00 horas do dia vinte e sete (27) de março de 2014, realizou-se reunião da comissão de reforma curricular. Estiveram presentes Ana Flaksman, Ângela Donini, Alessandro Sales, Anna Hartmann, Charles Feitosa, Eduardo Cruz, Marcelo Guimarães, Nilton dos Anjos, Paula Lopes, Samir Haddad e Valéria Wilke e Ericka Marie Itokazu, sob a presidência da primeira. Os professores Baptiste Noël, Dario Teixeira e Pedro Rocha justificaram suas ausências. A reunião teve início com a discussão do pleito do estudante Lauro em participar como ouvinte na mesma, representando os estudantes. Sua intenção, segundo o mesmo, era se informar melhor sobre as reformas que estão sendo sugeridas a fim de passar essa informação para os demais estudantes. A professora Valéria Wilke ponderou que a Comissão de Graduação é uma comissão dentro do NDE e que portanto não pode ter a participação de estudantes. Disse também que a comissão não resolve nada, mas apenas elabora uma minuta da reforma para ser apreciada pelo colegiado da faculdade. Depois de vários professores tomarem a palavra ora defendendo ora negando a participação dos estudantes como ouvintes nessa reunião, foi indeferido o pedido do estudante de participar como ouvinte na mesma e encaminhado como ponto de pauta para a reunião do colegiado da faculdade de filosofia, se e como seria possível a participação dos estudantes na Comissão de Graduação. Feito isso, passou-se ao primeiro ponto da pauta, a apreciação do modelo de memorando a ser enviado para PROGRAD, elaborado pelo Prof. Pedro Rocha. A professora Ericka Itokazu ponderou que deveria ser feita uma outra formulação da questão, de modo a não obrigar à PROGRAD a reconhecer a contradição existente entre as normas advindas da reitoria. A mesma ficou de propôr uma nova redação para a reunião seguinte. A prof. Valéria Wilke insistiu que não haja tal consulta à PROGRAD, para não se correr o risco de aumentar o número de obrigatórias, mas os demais ressaltaram que essa consulta já havia sido fechada na reunião passada. O ponto seguinte foi leitura da ata da reunião passada pela professora Ana Flaksman, que ressaltou o fato de não ter sido resolvido nada em relação à disciplina Metodologia de Pesquisa. O professor Charles Feitosa pediu a palavra para retirar a sua proposta da reunião anterior de se fazer um pool de disciplinas "optatórias", pois achava que aumentar as históricas e retirar as temáticas específicas do curso descaracterizaria o curso. Considerou que para manter a caracterização do curso sem desfazer o que havia sido feito na reunião anterior era necessário manter as oito históricas com as seis temáticas gerais, decisão da reunião anterior, mantendo as quatro temáticas específicas. A professora Valéria Wilke disse que as quatro disciplinas temáticas específicas não deveriam ser vistas como personalistas. O que essas disciplinas refletem de fato, na sua opinião, é o perfil dos professores que se encontravam na UNIRIO quando feito o PPC da Faculdade de Filosofia e a relação entre o curso de filosofia e o CCH. Para elas essas disciplinas não são nem aleatórias nem personalistas. Disse ainda que a avaliação positiva do MEC obtida pelo curso se deu em grande medida pelo PPC e sua

relação com o CCH e o projeto institucional da UNIRIO. Ainda segundo a professora Valéria Wilke, a inclusão dessas disciplinas como obrigatórias serviu para tornar o curso diferenciado no âmbito dos cursos de filosofia existente no Brasil. Considera que essas disciplinas também são de formação básica, e não somente as disciplinas consideradas tradicionais. O professor Charles Feitosa chamou a atenção para o fato que o curso de filosofia da UNIRIO é um dos poucos cursos que não exigiu formação básica em filosofia para seus concursos, justamente por essa sua especificidade. Disse ainda que intencionalmente se privilegiou no currículo do curso a filosofia no Brasil, a questão da memória e a questão mediática – para discutir com o CCH, e a filosofia pop – como abertura para outras disciplinas e culturas. O professor Charles Feitosa considerou ainda que a filosofia pop é a disciplina que mais se abre para o diálogo com todas as demais. O referido professor disse que, eventualmente, com o novo colegiado, pode aparecer a necessidade de outras disciplinas como obrigatórias. A professora Anna Hartmann leu um pedaço da avaliação do MEC a fim de corroborar a fala da professora Valéria Wilke. O professor Alessandro Salles ratificou que a “graça” que tem o curso é contemplar o lado das singularidades, sem deixar de fora a tradição. Disse ainda considerar haver um preconceito de ponta a ponta. Disse que em outros cursos a disciplina Metodologia da Pesquisa vem duas vezes no decorrer do curso – no início e no fim. Defendeu que haja pelo menos uma metodologia da pesquisa obrigatória no curso. Voltando ao início de sua fala, defendeu que ambas as partes (histórica e temática) devem ser contempladas nas disciplinas obrigatórias e no curso como um todo. Disse ainda que deve ser pensado onde a metodologia da pesquisa se encaixaria melhor na grade curricular. A professora Ângela Donini disse querer pensar na dimensão política dessa discussão. Disse considerar a característica do curso como uma coragem de expressar uma forma de pensar diferente da dada como normal. Disse ser necessário ressaltar a possibilidade de se construir pensamento próprio. Acha que essa discussão potencializa o fato desse ser um curso inserido no Brasil e na UNIRIO, subvertendo a ordem colonialista. A professora Ana Flaksman ponderou que a partir da reunião anterior se configurou uma polarização, que ela considerou equivocada. Para ela são duas abordagens fundamentais, a temática (tanto geral quanto contemporânea) e a histórica, porque essa é a “cara” do corpo docente. Segundo ela, por um lado se deve respeitar o projeto e o corpo docente, mas também se deve pensar na formação dos estudantes. O que deve ser mantido não é o canônico, mas aquilo que é importante para a formação do estudante. As disciplinas históricas garantem que certos autores e textos fundamentais serão tratados, ainda que de forma introdutória. Para ela, houve um rápido consenso na reunião passada que há um certo conteúdo mínimo exigido, as temáticas gerais. Também no caso da duplicação das históricas lhe pareceu não ter havido muita resistência, visto que a quantidade de autores e textos não poderia ser dada em um semestre sem prejuízo para os estudantes. As históricas pareceram garantir uma introdução a autores e textos fundamentais e por isso lhe parece não ter

havido tanto dissenso. Argumentou ainda que a diferença entre disciplinas obrigatórias e optativas não está na importância de cada uma, mas no seu lugar na vida do estudante: as obrigatórias devem ser aquelas disciplinas que nenhum estudante pode se formar sem ter feito. Para ela, transformar as históricas aprovadas na reunião passada em optativas, como foi aventado, é não oferecer aos estudantes esse conteúdo mínimo necessário. No caso das disciplinas temáticas, o que se pensou não é que as temáticas não são fundamentais. Metade do corpo docente está comprometido com filosofia e contemporaneidade. Há várias disciplinas que marcam essa relação entre filosofia e contemporaneidade e fechar em algumas como obrigatórias é não respeitar esse universo de disciplinas. A professora argumentou ainda que não é possível fazer um pool de históricas, como também foi aventado, dado a especificidade de formação dessas disciplinas. Considera que seria mais interessante para os estudantes e resguardaria a cara do curso, se fosse dada aos estudantes a possibilidade de fazer metade das optativas as temáticas da contemporaneidade. Considera que os estudantes formados pela UNIRIO devem ao fim do curso ser capazes de reproduzir ambas as abordagens: histórica e temática. Disse ainda que do jeito proposto na reunião anterior haveriam oito históricas obrigatórias, oito temáticas gerais e várias “optatórias” de filosofia e contemporaneidade. As temáticas gerais se manteriam como obrigatórias por serem de caráter mais básico. A professora Ana Flaksman propôs ainda reservar uma grande quantidade de disciplinas para a filosofia e contemporaneidade. A professora Ericka Itokazu disse ter um sentimento de perda nessa reunião em relação aos ganhos do semestre anterior. Relatou a sua experiência pessoal, de ter optado pela UNIRIO por se identificar com o projeto do curso, que foi montado sem professores e sem estudantes, na esperança de uma construção. Considerado isso, foi atestado que o curso tal como está não funciona, pois os estudantes não se formam. Ele tem uma grade enrijecida que não permite a mobilidade dos estudantes. A ideia não é mudar o projeto do curso, mas fazer ele funcionar. Pensar como um corpo comum e não como um aglomerado de professores. A diminuição da grade tem a ver com o fato que as obrigatórias não fazem o curso. A proposta era flexibilização da grade e mobilidade dos estudantes. A flexibilização tem que estar refletida na grade curricular para que o estudante termine logo as obrigatórias e comece a montar o curso de acordo com suas inclinações. O curso pensado como um todo tem que refletir uma relação entre as obrigatórias e os eixos. Não concorda em haver um pool de obrigatórias, como aventado. Ao reformular a grade, deve-se pensar em como os estudantes circulam nas disciplinas, de modo a terminar no tempo previsto. Disse ainda que se não tomarmos cuidado, a grade pode ficar ainda mais problemática. Para ela, a questão é entender como a grade realiza o PPC. Para ela, a grade reflete o PPC se há menos enrijecimento e mais flexibilização. A professora Ângela Donini retomou a discussão de que o curso tem uma questão política. Disse que se estar formando pessoas, e questionou, qual o sentido de se estudar Kant necessariamente, mas não filosofia brasileira. Para ela isso tem a ver com

assumir um pensamento colonialista. Há um jogo de forças. Se essas não podem ser obrigatórias, pode-se ir além e retirar todas as históricas II como obrigatórias. Para ela, não tem como dizer apoliticamente isso é muito importante para ser filósofo isso não. Uma pessoa pode escolher estudar na UNIRIO ou em outro lugar. A professora Valéria Wilke reforçou que a formação pretendida é descrita pelo projeto pedagógico e deve estar espelhada naquilo que é o obrigatório. Na sua opinião, o problema com o término do curso tem a ver com o horário dos estudantes, porque o curso foi pensado para ser tarde e noite e efetivamente só pode ocorrer a noite. A professora Valéria Wilke considerou que se está querendo retirar o específico do curso das obrigatórias e que a questão do que é uma formação mínima é uma questão política. Disse também que segundo foi informada metodologia da pesquisa é uma disciplina obrigatória, mas não soube dizer se especificamente na UNIRIO ou em geral. Ficou de trazer essa informação na próxima reunião. O professor Charles Feitosa pediu para voltar às falas das colegas Ângela Donini e Ericka Itokazu. Disse considerar que o que aconteceu na reunião anterior é que, ao contrário do que sugeriu a professora Ana Flaksman, ninguém problematizou a inserção das históricas, mas na hora de discutir as temáticas específicas, usou-se o argumento das disciplinas obrigatórias serem introdutórias. Para ele, isso tem a ver com uma certa compreensão de filosofia, que usa dois pesos e duas medidas. Antes de se discutir as temáticas específicas, falava-se apenas em reduzir as obrigatórias. Para ele todas as disciplinas são disciplinas de formação, sendo a defesa de um tipo de disciplina, uma defesa de território. Há uma polemização no modo mesmo como foi colocada a questão. Considera que a manutenção das quatro específicas como obrigatórias é importante para o grupo. O professor Nilton Santos quis tornar pública a sua troca de e-mails com a professora Ana Flaksman, onde questionava que se num primeiro momento o trabalho da comissão era tornar a grade mais dinâmica, diminuindo as obrigatórias, não entendia porque havia sido aumentado o número de disciplinas históricas obrigatórias. Na sua opinião, os estudantes devem saber desde o início que há três campos de batalha, sendo estranho aumentar o número de disciplinas de quaisquer dos campos. Para ele, quem decide a importância de cada um dos eixos – temáticas gerais, temáticas específicas e históricas – é a sala de aula. A estrutura como um todo deve ser diminuída. O professor Samir Haddad disse não ter entendido que a diminuição das obrigatórias era libertária. Haviam vinte e seis disciplinas obrigatórias e agora parecia haver vinte. A maior reclamação dos estudantes não tem a ver com o número de obrigatórias no curso, mas com a obrigatoriedade de fazer disciplinas fora do curso. Disse entender a racionalidade dos dois tipos de disciplinas (históricas e temáticas). Disse entender a reunião nesse momento como um processo de convencimento, onde seria difícil haver consenso. Para ele, na mecânica dos estudantes não é um problema a quantidade de obrigatórias. Considerou estranho que o projeto de reforma começou com vários cortes e parou na duplicação das históricas. O professor Eduardo Cruz disse que o projeto não começou com os vários cortes, mas com a

dificuldade dos estudantes em se formar. Uma das causas dessa dificuldade eram as disciplinas externas, a outra é que os estudantes chegavam no quinto período sem formação mínima em vocabulário filosófico. Considera que é preciso dominar o pensamento de um filósofo para poder discuti-lo. Logo, os estudantes estavam com um problema de formação. Disse que esse é um curso de filosofia e não um curso de qualquer coisa, ou de filosofia contemporânea ou de história da filosofia. Para problematizar é preciso reforçar essa formação de vocabulário, é preciso diminuir tirando os entraves, os diversos tipos de optativas. Na sua opinião, primeiro deveria ser pensado qual é a carga horária mínima pretendida e não a diminuição das obrigatórias. Pareceu-lhe razoável que metade da carga horária ou um terço seja ocupado com obrigatórias. Retomando a fala da professora Ângela Donini, a professora Paula Lopes lembrou que os estudantes não devem ser capazes de dialogar somente com a UNIRIO, mas com a comunidade filosófica em geral, e que uma formação que não visita os clássicos, impede a inserção dos estudantes no universo filosófico. Considerou também que um pool de "optatórias" refletiria muito melhor a área temática específica do colegiado, visto que essa, por ser contemporânea está sempre se atualizando. Acredita que hoje as disciplinas filosofia da cultura brasileira e filosofia e cinema refletiriam melhor as preocupações do colegiado do que filosofia e memória ou filosofia da informação. Considera que a área das temáticas específicas é dinâmica e que sua dinamicidade seria mantida no pool e é negada na obrigatoriedade de quatro disciplinas temáticas específicas. Encaminhou-se por fim a votação da obrigatoriedade das disciplinas Filosofia e Informação, Filosofia e Memória e Filosofia Pop, prevista na pauta da reunião, deixando-se para a próxima reunião somente a discussão sobre metodologia de pesquisa. Houve onze votos a favor da manutenção dessas disciplinas como obrigatórias e uma abstenção. Esta ata foi redigida por Paula Lopes e aprovada pelos que vão abaixo assinados:

Ana Flaksman Ana Flaksman

Ângela Donini Ângela Donini

Alessandro Sales Alessandro Sales

Anna Hartmann Anna H. Cavalcanti

Charles Feitosa Charles Feitosa

Eduardo Cruz Eduardo Cruz

Ericka Marie Itokazu Ericka Marie Itokazu

Marcelo Guimarães Marcelo Guimarães

Nilton dos Anjos Nilton dos Anjos

Paula Lopes Paula Lopes

Samir Haddad Samir Haddad

Valéria Wilke Valéria Wilke